

Solidariedade com o Povo Turco

O MPPM, em conjunto com a CGTP-IN, o CPPC e outras organizações, promoveu uma concentração frente à Embaixada da Turquia, em Lisboa, no passado dia 7, para expressar “o mais profundo repúdio pela violenta repressão de que têm sido alvo as manifestações populares que têm ocorrido por toda a Turquia nos últimos dias”.



Considerando que “estas manifestações são expressão do amplo e generalizado descontentamento entre os trabalhadores e a população turca, com as políticas do Governo turco”, as organizações promotoras declararam-se solidárias “com o povo turco e as suas aspirações de liberdade, democracia e justiça social”, reclamando “o fim imediato da repressão na Turquia” e saudando “todos os homens e mulheres que nas ruas da Turquia defendem a liberdade, o progresso e a Paz”.



Em representação do MPPM interveio Carlos Almeida, Vice-Presidente da Direção Nacional.

Relatório Falk incomoda muita gente...

A embaixadora norte-americana no Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, pediu a demissão de Richard Falk, Relator Especial sobre a Situação dos Direitos Humanos nos Territórios Palestinos Ocupados desde 1967.

(continua na pág. 2)

O Muro do Apartheid

O chamado Muro da Separação, na Margem Ocidental (Palestina Ocupada) – na realidade um Muro de Apartheid - começou a ser construído em Junho de 2002 como uma alegada medida de segurança, com o objectivo de filtrar a entrada de palestinos da Margem Ocidental em Israel. O século XXI na Palestina foi recebido com manifestações e revoltas populares, resultado de décadas de desemprego, fome, opressão e violência israelita. A Segunda Intifada, com início em 2000, foi a justificação e o móbil para a construção deste Muro, como uma suposta medida de protecção israelita face aos ataques palestinos. Hoje, 11 anos após o início da construção do Muro, os dados denunciam mais um dos planos característicos do Estado de Israel: ocupar território ilegalmente como meio de aumentar as suas fronteiras.



O Muro da Separação em Belém

A delegação portuguesa que se deslocou à Palestina, em Julho de 2010, como prémio do Concurso Escolar, promovido pelo MPPM e patrocinado pela Embaixada da Palestina, fotografou o Muro na zona de Belém, durante a sua visita ao Campo de Refugiados Aida.



Segundo os dados da [B'tselem](#), à data de Julho de 2012 a construção do Muro estava 62.1 % completa, 8 % em construção e 29.9 % planeada, num total de 708 km. O seu percurso deveria respeitar a linha verde acordada no armistício de 1949, mas na realidade o Muro está construído em 85% do território da Margem Ocidental, separando Palestinos das suas famílias e dos seus campos de cultivo, a sua principal fonte de sustento. As áreas de cultivo mais férteis da Margem Ocidente estão localizadas a ocidente, numa área próxima do muro, o que implica questões de segurança como minas antipessoal, controle aéreo e postos de vigia que não permitem a palestinos desenvolver culturas agrícolas ou comercializar os seus produtos, atentando assim directamente ao sector mais importante da economia palestina.

Portas no Muro da Separação, por Área, Julho 2008

| Área | Portas abertas | Portas sazonais | Portas fechadas | Total |
|--------------|----------------|-----------------|-----------------|-----------|
| Qalqilya | 11 | 3 | 0 | 14 |
| Salfit | 0 | 3 | 3 | 6 |
| Tulkarm | 6 | 4 | 0 | 10 |
| Jenin | 2 | 9 | 0 | 11 |
| Jerusalem | 0 | 0 | 10 | 10 |
| Ramallah | 1 | 0 | 7 | 8 |
| Hebron | 0 | 0 | 7 | 7 |
| Total | 20 | 19 | 27 | 66 |

Fonte: UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA)

O Muro destrói a subsistência das Comunidades Palestinas

Para se deslocarem às suas terras isoladas pelo Muro, os palestinos têm que obter uma “autorização” que lhes dá passagem através de uma porta expressamente designada.

Muitas das portas só têm abertura sazonal, na época da colheita da azeitona.

O número limitado de “autorizações” concedidas, aliado ao número reduzido de portas e aos horários restritos de abertura, prejudicaram seriamente a prática da agricultura e o modo de vida das populações rurais.

(continuação da pág. 1)

Richard Falk, que no passado dia 10 de Junho – 46º aniversário do fim da Guerra dos Seis Dias – apresentou o seu [relatório](#) àquele Conselho, não poupa na denúncia da violação dos direitos humanos por parte de Israel, bem como no incumprimento das suas responsabilidades enquanto potência ocupante, à luz do direito internacional.

O [relatório](#) denuncia a insustentável situação em Gaza, agravada na sequência da operação "Pilar da Defesa"; aborda a situação preocupante dos palestinos detidos ou presos por Israel, muitos deles crianças; alerta para a expansão dos colonatos, que crescem a um ritmo maior que a população de Israel; e denuncia as empresas internacionais que estão a lucrar com os seus negócios com os colonatos ilegais.



Richard Falk, norte-americano, tem 82 anos. É professor emérito de Direito Internacional da Universidade de Princeton. Foi nomeado Relator Especial, em 2008, por seis anos.

No seu [discurso de apresentação do relatório](#), Falk disse que a ocupação da Palestina significou, para os palestinos, "46 anos de vida sem a protecção da lei, o respeito pelos direitos humanos e com restrições sufocantes em todos os aspectos das suas vidas. O se direito à autodeterminação foi adiado e negado por demasiado tempo e a comunidade internacional deve questionar-se se aqueles que fornecem biliões de dólares de armamento sofisticado a Israel estão a contribuir para a paz no Médio Oriente".

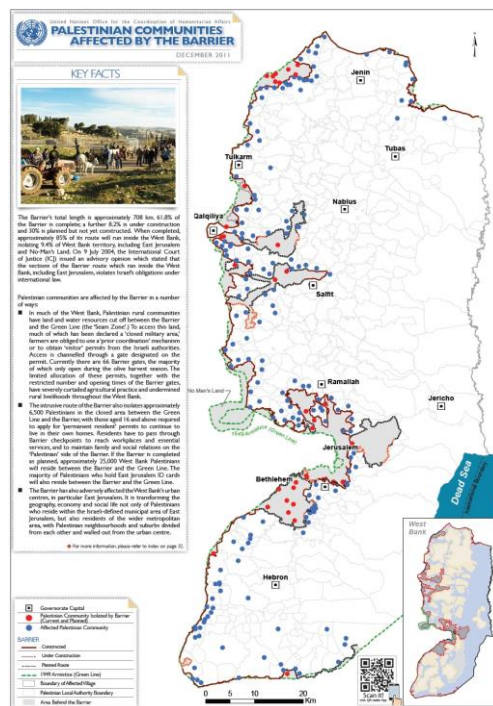
O pedido de demissão de Richard Falk apresentado pela embaixadora norte-americana só poder ser considerado inserido na campanha de Israel e seus aliados para desacreditar, sistematicamente, qualquer relatório independente sobre a Palestina.

Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente

Rua Silva Carvalho, 184 - 1º Dt
1250-258 Lisboa
Telefone 213 889 076
E-mail: mppm.palestina@gmail.com
www.mppm-palestina.org
www.facebook.com/
MPPM.Movimento.Palestina
NIPC 508267030
NIB 0035 0202 00036300630 16

Para aceder a áreas de cultivo, a instituições escolares, hospitais ou para simplesmente visitar a família, os Palestinos na Margem Ocidental têm, ao longo de toda o Muro, como indicado na tabela acima, 39 checkpoints disponíveis para mais de 700 km, sendo que apenas 20 checkpoints estão abertos todo o ano. Para utilizar estas escassas portas de passagem, são necessários vistos de permissão para transpor o Muro, cujo acesso é dificultado por morosos processos burocráticos ou impossibilitado sem justificação.

Hoje, 11 anos após o início da construção do Muro da Separação, confirma-se que os motivos que dão continuidade à extensão do muro estão enviesados.



Comunidades Palestinas afectadas pelo Muro

Este mapa, publicado pelo OCHA (Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários), em Dezembro de 2011, mostra o impacto da construção do Muro nas Comunidades Palestinas.

A linha verde representa a linha do armistício de 1949 e a linha vermelha representa o traçado do Muro.

As zonas sombreadas representam o território palestino situado por trás do Muro.

Os pontos vermelhos assinalam as comunidades palestinas que ficaram totalmente isoladas pelo Muro.

Os pontos azuis representam as comunidades palestinas de algum modo afectadas pelo Muro; porque está restringido o acesso às suas terras e às suas fontes de água; porque restringe o seu acesso às escolas, aos locais de trabalho e aos hospitais; porque os separa dos seus familiares.

Os dados demonstram que as questões de segurança foram substituídas pela realidade da anexação de mais 9,5 % de território da Margem Ocidental através da construção do Muro, nos quais serão construídos um total de 60 colonatos. Os políticos israelitas consideram já o Muro como o limite da futura fronteira de Israel.

O Muro da Separação constitui um ataque directo e óbvio aos direitos humanos do povo palestino da Margem Ocidental. Por isso, exige-se que Israel cesse a construção do Muro, bem como destrua o que foi erigido desde 2002 até à presente data, devolva a terra que anexou indevidamente para lá da Linha Verde acordada no Armistício de 1949, repare os prejuízos causados e levante a obrigação de vistos de permanência.

Esta posição está, aliás, em consonância com a [Resolução ES-10/15](#) da Assembleia Geral das Nações Unidas aprovada em 20 de Julho de 2004, com 150 votos a favor (incluindo Portugal e restantes membros da EU), 10 abstenções e 6 contra, que tornava mandatório o cumprimento, por Israel, do parecer do Tribunal Internacional de Justiça de 9 do mesmo mês.

O impacto do Muro em números*

| 48 hectares | 17 | 27.520 | 48 | 187.840 |
|--|---|---|---|---|
| Área entre o Muro e a "linha verde" de 1949 (inclui Jerusalém-Leste) | Comunidades palestinas isoladas a oeste do Muro | Palestinos isolados a oeste do Muro | Colonatos israelitas a oeste do Muro, em território palestino | Habitantes dos colonatos a oeste do Muro, em território palestino |
| 19 hectares | 54 | 247.800 | 69 | 57.330 |
| Área a leste do Muro total ou parcialmente rodeada | Comunidades palestinas total ou parcialmente rodeadas pelo Muro | Palestinos total ou parcialmente rodeados pelo Muro | Colonatos israelitas a leste do Muro | Habitantes dos colonatos a leste do Muro |
| 91 km | 21 | 222.500 | 12 | 192.918 |
| Extensão do Muro construída em torno de Jerusalém-Leste | Comunidades de Jerusalém-Leste rodeadas pelo Muro | Habitantes de Jerusalém-Leste rodeados pelo Muro | Colonatos israelitas em Jerusalém-Leste | Habitantes dos colonatos em Jerusalém-Leste |

* Fonte: B'tselem - http://www.btselem.org/separation_barrier/statistics